

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO/ DEPSI**

**CONCEITOS PRECURSORES NO ENTENDIMENTO DA  
PERCEPÇÃO DE RISCO**

**Flavio Kulevicz Bartoszeck**

**Orientador: Prof. Dr. Iara Picchioni Thielen**

**CURITIBA  
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO/ DEPSI

CONCEITOS PRECURSORES NO ENTENDIMENTO DA  
PERCEPÇÃO DE RISCO

Flavio Kulevicz Bartoszeck

Orientador: Prof. Dr. Iara Picchioni Thielen

CURITIBA (PR)  
JUNHO/ 2013

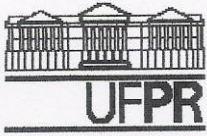
FLAVIO KULEVICZ BARTOSZECK

CONCEITOS PRECURSORES NO ENTENDIMENTO DA  
PERCEPÇÃO DE RISCO

Monografia em forma de Artigo  
apresentada à Universidade Federal do  
Paraná, Departamento de Psicologia,  
como requisito para obtenção do título  
de Especialista em Psicologia do  
Trabalho

Orientador: Profa. Dra. Iara Picchioni Thielen

CURITIBA (PR)  
JUNHO/ 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO



# Termo de Aprovação

Declaramos para fins de depósito legal que **Flavio Kulevicz Bartoszeck** apresentou a Monografia intitulada “**Conceitos Precursores no Entendimento da Percepção de Risco**” como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Paraná. A monografia foi avaliada e considerada **APROVADA** por banca constituída pelos professores do Curso.

Curitiba, 01 de Junho

Prof. Dra. Iara Picchioni Thielen  
Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho  
FUNPAR CNPJ 78.350.188/0001-95

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO – UFPR  
Praça Santos Andrade, 50 – 1º andar – sala 114  
E-mail: psicotrabalho@ufpr.br  
Telefone: 3310-2746

Especialização em Psicologia do Trabalho  
Universidade Federal do Paraná  
Departamento de Psicologia – SCHLA – PRPPG

# Conceitos precursores no entendimento da Percepção de Risco

Flavio Kulevicz Bartoszeck<sup>1</sup>

## Resumo

Os processos envolvidos na percepção de risco podem ser analisados a partir das contribuições de algumas disciplinas. A biologia esclarece os aspectos físicos da percepção. A Psicologia e a Antropologia contribuem na investigação dos aspectos culturais e de tomada de decisão. O processo decisório indicaria um julgamento e este seria um processo subjetivo, pois, seria derivado de um agente. Este ensaio abordará alguns aspectos subjetivos indicando o papel do afeto e cultura na decisão. O objetivo é apresentar conceitos básicos envolvidos na percepção de risco a partir de algumas disciplinas. A conceituação de aspectos básicos será abordada. A Percepção do Risco será apresentada com ajuda da explicitação de alguns de seus constituintes.

Palavras chave: percepção, risco, decisão

## Abstract

## Introdução

Percepção de risco tem se constituído como uma perspectiva de investigação das justificativas para comportamentos de risco. Há contribuições de diferentes áreas de conhecimento que podem esclarecer suas inter-relações.

O objetivo deste ensaio é destacar algumas dessas contribuições para a compreensão dos processos envolvidos na percepção de risco.

Este artigo visa introduzir alguns aspectos concernentes à percepção de risco. Serão abordados os constituintes desta perspectiva a qual almeja estudar cientificamente a gênese dos comportamentos ditos perigosos ou em outras palavras arriscados. Ao introduzir os seus processos precursores terá como objetivo secundário, mas não menos importante, evidenciar o aspecto subjetivo do risco.

Por ter caráter introdutório este artigo abordará as bases que fundamentam os estudos sobre risco delineando as concepções que caracterizam a subjetividade dos processos envolvidos.

Para tal será necessária uma explicação acerca dos conceitos constituintes, ou seja, o que seria uma percepção, o que seria um risco.

Não menos importante, uma particularidade desta perspectiva é a de que lida prioritariamente com seres humanos, para tal serão apresentadas noções sobre o processo decisório, como também o papel da cultura sobre as decisões de risco.

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia, Faculdade Padre João Bagozzi. Especialista em Neuropsicologia, Faculdade Padre João Bagozzi.

Os aspectos foram escolhidos devido a sua associação com o estudo sistemático com respeito ao risco, a ciência do risco é um campo vasto, porém iremos nos debruçar nos aspectos essenciais para um entendimento introdutório da Percepção de Risco.

## **O que é Percepção**

A percepção pode ser explicada como uma experiência sensória consciente. No intuito de sistematizarmos esta experiência sensória teríamos de recorrer aos princípios fundamentais os quais fazem de tal experiência um evento possível.

O primeiro fato a ser acreditado a esta cadeia de eventos é a eletricidade:

One of the central principals of perception is that everything we perceive is based on electrical signals in our nervous system. These electrical signals are created in the receptors, which transform energy from the environment (...) (GOLDSTEIN, 2009, p. 4)

As sensações (estágio inicial da percepção) são na verdade impulsos elétricos derivados dos órgãos do sentido, porém os sinais não são transferidos de forma idêntica dos receptores para o cérebro. Para tal o sinal nervoso é “convertido”. Ou seja, de uma certa forma de energia, como a mecânica acionando os receptores periféricos do tato, sendo assim, transformada em energia elétrica nos receptores

Transduction is the transformation of one form of energy into another form of energy (...) Transduction occurs in the nervous system when energy in the environment – such as light energy, mechanical pressure, or chemical energy is transformed into electrical energy. (GOLDSTEIN, 2009, pág, 7)

O sinal assim “convertido” passa então por uma série de caminhos até chegar ao cérebro e mesmo dentro do cérebro essa passagem tem muitas vias. Este processo podemos chamar de “representação”, pois, ao contrário de outros sinais como o de TV ou celulares, o sinal representado guarda poucas semelhanças com o original :

(...) However, in the nervous system, the signal that reaches the brain is transformed so that , although it represents the original stimulus, it is usually very different from the original signal. the transformation that occurs between the receptors and the brain is advised by neural processing, which happens as the neural signals that originate in the receptors have travel through a maze of interconnected pathways between the receptors and the brain and within the brain. (GOLDSTEIN, 2009, p. 8)

Mas a experiência do perceber vai além do processamento puramente sensório e envolve mais dois passos, segundo Goldstein : “Recognition and action are behaviors that are important outcomes of the perceptual process” (GOLDSTEIN, 2009, p. 8)

O reconhecimento seria a habilidade de juntar os processos sensoriais e assim nomear o conteúdo referido pelos sentidos. Usualmente a percepção e o reconhecimento tem sofrido igual tratamento pelas mídias especializadas como atesta Goldstein (2009). Mas um caso clássico descrito por Oliver Sacks(1985) elucidou o assunto, em seu estudo sobre o paciente Dr T “

Dr T’s problem was eventually diagnosed as visual form of agnosia- an inability to recognize objects- that was caused by a brain tumor. He perceived the parts of objects but couldn’t identify the whole object (...) He could perceive the object and recognize parts of it, but couldn’t perceptually assemble the parts in a way that would enable him to recognize the objects as a whole (GOLDSTEIN, 2009,pág 9)

Portanto o paciente “Dr. T” nos dá pistas de como o processo de reconhecimento formaria, unindo as partes sensórias em prol de conjecturar um objeto em si.

O “último” passo a ser descrito seria o da ação. Ação é o nome dado para uma série de atividades motoras. Tais atividades motoras podem ser o movimento dos olhos, orelhas, a cabeça virando-se para um ponto específico ou mesmo a simples locomoção pelo meio ambiente.

A importância da ação com respeito à percepção deve-se à sua estreita ligação com a sobrevivência

The fact that perception often leads to action- whether it be an animal’s increasing its vigilance when it hears a twig snap in the forest or a person’s deciding to look more closely at something that looks interesting means that perception is a continuously changing process. (...) (GOLDSTEIN, 2009, p. 9).

A ação assim declarada não seria o último processo em termos reais, pois, todas essas etapas estão em um ciclo. Neste ciclo o ponto de partida seria propiciado pelas vias biológicas de recepção sendo endereçadas no processamento do próprio cérebro. (GOLDSTEIN, 2009).

Sabemos que a percepção necessita de mais que a transdução sensória, representação e o processamento. Necessita de uma atividade motora juntamente com o reconhecimento. Integrar as partes do sensório em um todo coerente perceptivo.

Essa integração resulta naquilo que é designado por percepção. Mas além de compreender o significado da percepção é necessário saber a linguagem do risco, qual o sentido o qual será usado. Tal feita pode modificar a percepção do risco.

## **O que é Risco**

Faz- se mister uma explicação acerca do significado da palavra “risco”. Tal palavra poder ter vários significados dependendo de quem a escreve, mesmo especialistas: “There are clearly multiple conceptions of risk. In fact a paragraph written by an expert may use the word several times, each time with a different meaning not acknowledged by the writer” (SLOVIC, 2002, p. 3)

Dentre os vários significados de Risco podemos citar (SLOVIC, 2002):

- a- Risco como perigo: neste caso o risco seria algo derivado de um agente exterior.
- b- Risco como probabilidade: o risco é abordado como uma possibilidade de ocorrência de algo danoso.
- c- Risco como consequência: neste caso o risco diz respeito a uma consequência direta conforme uma ação.
- d- Risco como sorte: abordado na vertente econômica, tendo como significado uma incerteza com respeito a ganhos futuros.
- e- Risco como dano: é o perigo derivado de uma ação perpetrada pelo agente e o dano seria verificado no próprio agente.
- f- Risco como tabu: é o perigo de algum membro de uma comunidade transgredir regras étnicas pautadas na hierarquia e usualmente envolve seres imateriais, magia.

O risco tem sido objeto de estudo das ciências sociais as quais creditam a ele um caráter essencialmente subjetivo (KRIMSKY, GOLDING, 1992; PIDGEON, HOOD, JONES, TURNER, GIBSON, 1992; SLOVIC, 1992, WEBER, 2001; WYNNE, 1992)

O Risco não existiria fora das pessoas como algo a ser identificado e medido. Em última instância as probabilidades e estimativas quantitativas são julgadas por uma pessoa, ou seja, está eivada de subjetividade:

It does not exist "out there", independent of our minds and cultures, waiting to be measured. Instead, risk is seen as a concept that human beings have invented to help them understand and cope with the dangers and uncertainties of life. Although these dangers are real, there is no such thing as "real risk" or "objective risk". The nuclear engineer's probabilistic risk estimate for nuclear accident or the toxicologist quantitative estimate of a chemical's carcinogenic risk are both based on theoretical models, whose structure is subjective and assumption-laden, and whose inputs are dependent on judgment. ( SLOVIC, 2002, pág 4)

O risco pode então ter vários significados. Conforme cada pessoa atribue um significado diferente para o risco, a sua percepção pode ser afetada.

Abordamos alguns aspectos referentes a duas vertentes: perceptual e semântica do risco. A Psicologia contribuirá indicando os caminhos da tomada de decisão.

Assim a tomada de decisão pode ter o seu julgamento nublado por uma apresentação linguística diferente, do mesmo termo. Há necessidade de entendermos os aspectos do julgamento.



## O risco pela Psicologia

A Psicologia distingue duas maneiras diferentes das pessoas tomarem decisões (CHAIKEM&TROPE, 1999 ; EPSTEIN, 1994; SLOMAN, 1996).

A primeira via, funcionaria como um sistema de alarme antecipado, tal como os níveis primários de percepção necessitaria de um ponto de partida. Este ponto de partida pode ser visto como sendo um sistema de alarme antecipado. (DAMASIO,1990; LOEWENSTEIN, et al., 2001 p. 267–286.)

O segundo sistema seria o guiado pela cognição propriamente dita. Tal sistema seria considerado letárgico ante o primeiro, pois, se basearia em uma análise de regras, como por ex. a lógica formal.

A diferença essencial entre os dois sistemas reside no fato que o primeiro sistema funciona pela similaridade e a associação, o segundo necessita que o operador conheça propriamente a regra para processar a informação. Não raro os dois sistemas podem funcionar simultaneamente:

These two processing systems often work in parallel and when they do, more often than not result in identical judgments and decisions. We become aware of their simultaneous presence and operation in those situations where they produce different output. Thus the question of whether a whale is a fish produces a affirmative answer from the similarity-based processing system “a whale sure looks like a big fish”, but a negative response from the rule based system, “it can’t be a fish because it is warm blooded, etc. ( SLOVIC, 2002)

Assim ambos os processos poderiam ser classificados como importantes na tomada de decisão. Em um dos lados considera-se a análise utilizando dados lógicos, experiência, familiaridade.

O outro aspecto seria o emotivo (curta duração, alta intensidade) como o afeto (longa duração, baixa intensidade) a ser visto posteriormente, poderia nos salvar rapidamente das ameaças.

Há algumas particularidades lógicas de tomada de decisão que envolvem aspectos subjetivos até nesta vertente, como também o papel do afeto nas decisões.

## Teoria da Decisão

A teoria da tomada de decisão pode ser explicada como sendo o conjunto dos estudos acerca de como as pessoas, estas sendo consideradas como agentes racionais, decidem fazer uma ação. Para tal estudo é necessário saber os

objetivos de tais agentes, suas opções e consequências de suas decisões sobre os seus objetivos iniciais.

Estes estudos baseiam-se inicialmente explorando condições antecedentes, “a priori”, como princípios de uma escolha racional (LEWIS, 1993). Nesta concepção acredita-se que seus agentes irão buscar os seus objetivos sem violar os princípios a priori. Ou seja, preceitos racionais de escolha.

Porem houve a necessidade de experimentação de tais postulados. Nesta tentativa descortinaram-se duas linhas teóricas a respeito da tomada de decisão: a teoria da utilidade e a teoria dos jogos.

A teoria dos jogos leva este nome, pois dois de seus pesquisadores expoentes na área (VON NEWMANN, MORGENSTERN, 1943) consideravam os jogos como semelhantes a outras interações sociais como por exemplo, interações econômicas.

O estudo da Teoria dos Jogos tenta prescrever como duas ou mais pessoas irão agir quando o seu ganho depende das ações de terceiros. Nesta perspectiva aplicam-se os problemas aos voluntários tendo em mente que os participantes irão saber as opções e interesses de todos os outros envolvidos. Obviamente os outros participantes também teriam tal conhecimento.

Usando tal perspectiva na parte empírica os pesquisadores fazem com que os pesquisadores generalizem as intenções de outros participantes a partir apenas de suas próprias intenções. Ou seja, o desejo de um agente é generalizado para outros os quais possuíssem a mesma informação. Quando não há outra pessoa para auferir intenções pressupõem que o próprio meio seja uma “pessoa”, dotada de tais interesses tais como uma pessoa.

A teoria da utilidade já muda o seu foco do social para o individual. Esta pessoa, agente racional, deverá decidir entre várias ações as quais logram oportunidades fortuitas ou “perspectivas de risco”.

Para a teoria da utilidade uma perspectiva de risco pode ser resumida como uma gama de alternativas com diferentes níveis de probabilidade imputada por dado agente.

Podemos nos pautar como pedra fundamental desta teoria o relatório de Daniel Bernoulli (1954 p. 23-36). Neste relato ele descreve o “curiosun de s. Petersburgo”. Neste episódio havia uma feira a qual possuía um jogo de azar, mas neste jogo os ganhos poderiam ser infinitos, mesmo assim poucos se arriscavam a tentá-lo.

Para explicar tal fato Bernoulli propôs que o jogador tenta aumentar a utilidade de um resultado esperado e não o seu lucro.

Von Newman e Morgenstern comentando acerca desta vertente cunharam o termo de “Hipótese da utilidade esperada” para descrever tal fenômeno.

Segundo tais autores um agente racional faz uma classificação das perspectivas de risco, dando um valor a cada um dos resultados presumidos, a partir daí esta enumeração é chamada de “utilidade”.

Ambas as teorias (Jogos e Utilidade) são respostas para condições de escolhas racionais em ambientes impregnados de incerteza, tanto no plano individual, quanto o social.

Mas as duas abordagens tratam as incertezas de maneira distinta. Na teoria da utilidade a incerteza é representada como um “Risco”. Este risco é entendido pela probabilidade.

Na teoria dos jogos a incerteza reside no fato do desconhecimento a respeito das decisões racionais os quais seriam derivadas usando a racionalidade pura dos seus próprios problemas, ou seja, como um primeiro agente poderia ter uma base em que se apoiar na sua racionalização das decisões de terceiros.

Uma das soluções dadas seria considerar a incerteza como um dos componentes de regras objetivas, conhecidas da pessoa, como as regras de jogos de azar por exemplo.

Porém, há divergências na aceitação das teorias. Uma destas podemos ver em KAHNEMAN E TVERSKY (1979) em sua teoria do “efeito do coeficiente comum”. Nesta teoria é mostrada que em uma situação hipotética onde a um agente é oferecida a escolha a múltiplos prêmios, com perdas presumidas e ganhos presumidos. Os participantes mostram um comportamento diferente daquele apregoado pela lógica (objetiva) das teorias dos jogos e da utilidade, amplamente utilizadas nas teorizações econômicas. Tais participantes mostravam-se imbuídos até da intenção de fazer escolhas em qual perdiam o prêmio, em prol de não perderem a mais posteriormente, mostrando uma atitude avessa ao risco, dependendo de como as questões eram apresentadas. Tal verificou-se em terras brasileiras pelo laboratório de ciências aplicadas da Fundação Getúlio Vargas, por IGLESIAS (2005).

Foi solicitado aos estudantes que optassem entre participar de 64 jogos, nos quais os ganhos (ou perdas) dependiam de probabilidades, ou receber (ou pagar) um valor fixo e desistir de jogar. Todas as perguntas seguiam o seguinte modelo: "Suponha um jogo no qual você tem 90% de chance de ganhar zero e 10% de chance de ganhar R\$ 50,00". Os participantes então deviam escolher o valor fixo a ser recebido, pelo qual desistiriam do jogo. Variavam, de uma pergunta para outra, o valor, as probabilidades e se o jogo se referia a chances de ganhos, de perdas ou a uma combinação de ambas. Os resultados do experimento foram surpreendentemente parecidos aos encontrados nos EUA, a começar pelo coeficiente de aversão a perdas que foi estimado em 2,21 para o Brasil, contra os 2,25 dos Estados Unidos.

Este pode ser um indício da utilização da primeira via, mais antiga, ao processo decisório, onde os resultados não seriam explicados usando a concepção de

extremo racionalismo dos seres humanos. Portanto, o aspecto qualitativo, subjetivo deveria ser levado em conta nas determinações do Risco.

### **Influencia do Afeto**

O modelo de tomada de decisão – AIM - sigla em inglês para Affect Infusion Model, ou seja “ Modelo de solução baseado no afeto”, busca explicar se o estado de ânimo de uma pessoa poderia afetar sua decisão.

Um dos questionamentos centrais desta perspectiva diz respeito aos estados de ânimo extremos. Por exemplo, como um indivíduo de temperamento exaltado tomaria decisões? Estas teriam o mesmo teor exaltado? Seriam arriscadas? Em contrapartida um agente com um o estado de espírito ameno seria mais prudente em suas decisões?

O Modelo AIM descreve que os agentes usam seu estado de ânimo para realizar certas decisões como também em determinadas situações (KALAT, SHIOTA, 2007).

Porém, há uma distinção a ser feita a respeito de um termo. Este termo está presente na própria nomenclatura da Teoria: o Afeto. Apesar de remeter á idéia de emoção devemos diferenciar a área de atuação do afeto. O Afeto teria a sua área de influencia sobre o estado de ânimo e não tanto na emoção, pois, o ânimo tem intensidade baixa e duração mais duradoura. A emoção já teria a sua intensidade mais forte, porém, de duração diminuta.

Por causa da longa duração do estado de ânimo, este estado teria particular relevância no processo de formação da decisão. Não sendo a emoção totalmente excluída deste processo, pois, há influências delas sendo verificadas (BAGOZZI, R. P. DHOLAKIA, U. M. & BASUROY, S., 2003, p. 273–295)

A implicação desta prerrogativa pode levar a casos em que os agentes em um estado de espírito considerado “bem animado” veriam as consequências de um comportamento perigoso com uma ótica mais favorável (CHOW, LEE, HO, 2007).

O contrário também foi verificado como verdadeiro. Um indivíduo com um ânimo considerado ruim, ou como é dito popularmente “de mau humor”, tenderia a não se envolver em situações arriscadas, pois, esse estado de espírito forneceria ao agente uma característica de perceber o mundo de uma forma mais ameaçadora.

Segundo FORGAS (1995), um estudioso desta perspectiva, um conceito importante para resolver se o estado de ânimo é relevante para a tomada de decisão é o da “familiaridade” .

O ânimo dos agentes não são impactantes sobre o processo decisório quando este está direcionado a um assunto bem conhecido, ou seja, em que o sujeito tem familiaridade.

Em um experimento (FORGAS, DUM, GRANLAND, 2008) especularam se estados de ânimos positivos poderiam produzir a seu tempo bons comportamentos, ou seja, comportamentos desejáveis:

Este estudo procura demonstrar que ânimos induzidos devem influenciar significativamente o atendimento ao consumidor pelos empregados inexperientes, mas não pelos empregados experientes com bastante tempo de casa, os quais usariam um comportamento pronto.” (FORGAS, DUNN, GRANLAND, 2008).

O teste foi feito em quatro locais, em lojas chamadas “Target”. Foram utilizados em tal pesquisa 48 mulheres e 13 homens. Aos sujeitos do teste foram dados comentários do estilo negativo, positivo e neutros. Tais comentários deveriam se ater ao funcionamento da loja tanto quanto ao atendimento ao público. Estes estímulos foram dados aleatoriamente entre os sujeitos da pesquisa e tinham a intenção de induzir estados de ânimo entre os empregados.

Um pessoa alheia a pesquisa foi assinalada para pedir auxílio acerca de um livro (não existente) na loja. Este potencial cliente deveria estar ignorante de quais comentários o atendente teria sido estimulado anteriormente.

Os pesquisadores chegaram ao resultado que os empregados sem experiência (familiaridade) ajudavam os clientes com um comportamento mais desejado ou positivo, ou seja, tempo maior gasto com o cliente e grande número de tentativas em buscar o livro.

Os trabalhadores com mais familiaridade não sofreram quais quer influencia dos indutores de humor, ou seja, os comentários sobre o funcionamento da loja e o atendimento nos clientes.

O estado de ânimo pode ser importante para a tomada de decisão das pessoas em determinadas situações. Tal perspectiva pode ajudar a entender por que uma pessoa pode deliberadamente se entrever em uma atividade arriscada e outra não.

### **Aspecto Cultural do Risco com a Teoria cultural do Risco**

A teoria cultural do Risco, ou somente teoria cultural tem como expoente a antropóloga Mary Douglas (1992). Mary Douglas começara a escrever acerca do risco quando questionada da atitude de sociedades pré-modernas quanto à poluição.

A distinção destas sociedades com outras mais modernas seria com respeito às causas da poluição. Enquanto nas sociedades pré-modernas as pessoas entenderiam esta perturbação como uma causa espiritual a sociedade dita atual tenderia a atribuir a uma causa material. Esse é o ponto de distinção, uma forma diferente de pensar entre ambas as sociedades.

O interesse é identificar qual seria o receptáculo da culpa por uma fatalidade ou perturbação. Como o caso da poluição a qual teria a conotação de degradação do meio ambiente como também deturpação espiritual. Ou seja, poluir seria um “tabu” de uma sociedade, algo que não deveria ser realizado para o bem desta sociedade.

For a long time the connection between river pollution and taboo seemed to be contrived merely by happenstance of language, as if one word , Pollution of environment and religious defilement. (DOUGLAS 1992, p. 4).

Esta teoria tenta explicar o que se segue quando determinada cultura estabelece o que seria algo catastrófico. Mas para tal é necessário explicar o que seria esta catástrofe. Cada um desses eventos teria explicações causais os quais derivariam em ações a serem tomadas devido a essa escolha de significado. Ou seja, um evento ruim seria determinado pela comunidade e dependendo do caso, algum membro da comunidade ou algum objeto seria culpado pela catástrofe.

Em alguns casos o culpado seria a própria pessoa, ou até mesmo efeitos externos como eventos da natureza, grupos rivais e assim sucessivamente.

Esta corrente estabelece uma crítica à tentativa prioritariamente objetiva dos analistas de risco. Quando estes tentam descartar em suas análises as características políticas e sociais nos questionários voltados à população a ser consultada.

Para a teoria cultural do risco devemos levar em conta a cultura em que determinado indivíduo está inserido. Pois, este indivíduo não seria guiado apenas pelo interesse próprio (como atestariam teorias da decisão utilitarista e da teoria dos jogos), mas também pelos interesses em preservar o seu grupo social.

Como diz Mary Douglas (1992) quanto maior a solidariedade grupal, maior a propensão dos indivíduos deste grupo em culpar pelo evento catastrófico eventos naturais ou qualquer elemento externo do que culpar um integrante do grupo.

Entendemos aqui solidariedade como ações concretas em prol da coesão do grupo social em oposição ‘a simpatia a qual seria apenas um sentimento passivo quanto à aflição do outro. (WEINFELD, 2011).

Com base nos conhecimentos sobre os aspectos constituintes da Percepção de Risco, podemos agora nos debruçar sobre o seu significado.

## **Percepção de Risco**

A percepção de risco é uma sub-área de pesquisa sobre o risco. Nos últimos vinte e cinco anos a ciência do risco foi fecunda, porém, vinculando-se a duas grandes áreas: manejo de risco e estimativa de risco.

O Manejo de Risco foca a sua energia na parte da comunicação e formulações de decisões.

A Estimativa de Risco envolve a identificação de riscos tipicamente ligados às adversidades aos seres vivos oriundas do meio ambiente, quanto à influência dos seres vivos sobre esse meio. Ou seja, cuidaria do “impacto” da atividade humana e animal no meio.

Essas duas vertentes podem ser englobadas sobre a égide da “análise de risco” que utilizaria prioritariamente os dados lógicos da tomada da decisão como já fora visto, relegando os aspectos subjetivos para um plano de menor ou nula importância. Nesta lacuna a Percepção de risco se insere. Pois esta vertente é científica tanto quanto política, pois, valores e aceitação das pessoas quanto aos riscos contribuem no esquema de julgamento. (SLOVIC, 1999)

A percepção de risco poderia ter proeminente papel, sobretudo a respeito dos motivos pelos quais as pessoas tomam as decisões que tomam. Como por exemplo, a diferença na percepção de risco entre o público em geral e especialistas pode ser uma fonte de desentendimentos a respeito da tomada de decisão dos administradores, assim modificando ações públicas que visam o bem estar geral (SLOVIC, 1987). Portanto, afirmações de caráter subjetivo teriam um impacto substancial na vida de várias pessoas.

Sendo assim os aspectos subjetivos, qualitativos, culturais deveriam ser levados em conta para uma aceitação do risco em indivíduos (GUILAM, 1996).

Mas os indivíduos são também inseridos em sociedades. Navarro (2005) evidencia reflexões sobre a sociedade de risco mostrando a necessidade de perscrutarmos as nuances da tomada de decisão humana. Neste caso uma perspectiva a qual coaduna com a visão subjetiva em analisar as situações arriscadas.

Um das vertentes da Percepção de Risco chama-se Paradigma Psicométrico onde temos como um dos maiores expoentes Paul Slovic (1992). Como bem o seu nome pode sugerir é uma vertente de medição dos dados psíquicos. Estes dados seriam referentes aos julgamentos os quais as pessoas fazem sobre os riscos e como gostariam que tais fossem regulados pelas autoridades.

O riscos assim seriam quantificáveis, pois as pessoas tenderiam a enumerar com maior ou menor grau o seu nível de segurança com cada um dos riscos apresentados.

Para fazerem tais julgamentos as pessoas usariam seus estados emotivos, de afeto e conhecimento acerca do risco apresentado. Quanto mais conhecido um risco maior tolerância as pessoas demonstrariam com respeito a ele.

Atividades perigosas as quais o entrevistado tivesse afinidade seriam também vistas como menos arriscadas, o contrário também é verificado (GREGORY, 1993).

As decisões das pessoas seriam derivadas de um conglomerado de processos como a sua percepção biológica inicial sobre determinado risco, sua cultura, estado de ânimo e familiaridade com o risco. De tal maneira são geradas propriedades derivadas do risco como: benefícios para si ou para a comunidade; pessoas atingidas pelo risco; familiaridade com o risco ou novidade tecnológica. Estes dados podem ser quantificáveis, pois podem ser mensurados por instrumentos estatísticos.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste ensaio verificamos os constituintes da percepção de risco. Houve a distinção entre a análise de risco, o qual, como poderíamos dizer seria um aspecto “objetivo” da ciência do risco e a percepção do risco uma vertente “subjéctiva” com respeito ao risco.

Enquanto a primeira estaria interessada nos aspectos quantitativos a segunda prezaria os dados qualitativos. No entanto ambas as vertentes em final análise seriam subjéctivas, pois, por mais elaborada que uma fórmula seja há um ser humano a defini-la, julgá-la e analisá-la.

Como ser humano haveríamos de ter em mente o papel cultural na análise de decisão quanto ao risco. E mesmo anteriormente a cultura as vias de processamento poderiam nos dar pistas sobre porque alguém decide sobre um comportamento arriscado ou não.

Apesar de teorias tradicionais afirmarem que as pessoas decidem baseadas num lucro há vertentes que defendam a “utilidade” de uma escolha. Outras vertentes da Psicologia analisam que a escolha pode ser influenciada da forma que é a apresentada, dependendo de como um problema é descrito a pessoa pode ser prudente quanto aos riscos ou ser arriscada, apesar dos enunciados falarem exactamente do mesmo objectivo.

Portanto notamos que mesmo a Percepção de Risco pode utilizar-se dos aspectos subjéctivos em prol de sua análise. Como tais aspectos teríamos o papel do afeto, da cultura, experiência. Mesmo a interpretação do sentido dos termos poderá mudar uma decisão, assim influenciando a percepção de um risco.

Uma demonstração desta utilização vemos no Paradigma Psicométrico de Paul SLOVIC (1992) que consegue unir as várias teorizações antecedentes em uma contribuição científica referente à subjéctividade a qual impacta a formação de um julgamento referente ao risco.



Não podemos deixar de lado o papel da percepção, pois os estímulos devem ter um ponto de partida em um plano objetivo mensurável. Mas levamos em conta que em uma última instância tal estímulo também será subjetivo, pois será um ser vivente utilizando as vias de processamento de informação o qual usará uma ou ambas para fazer um julgamento e, portanto, subjetivo em última instância.

Portanto, notamos a perenidade de tais teorizações, os quais ainda renderão os mais proveitosos frutos para a ciência do risco.

## Referencias

BAGOZZI, R. P. DHOLAKIA, U. M. & BASUROY, S.,. **How Effortful Decisions Get Enacted: The Motivating Role of Decision Processes, Desires, and Anticipated Emotions.** Journal of Behavioral decision-making, 16, 2003,pág. 273–295.

BERNOULLI, D. **Econometrica**, Vol. 22, No. 1. Jan., 1954, pág. 23-36.

CHAIKEN, S., & TROPE, Y. **Dual-process theories in social psychology.** New York: Guilfor,1994.

CHOU, K. L.; LEE, T. M. C.; HO, A. H. Y.. "**Does mood state change risk taking tendency in older adults**". Psychology and Aging 22 (2): 310–318,2007.

DAMASIO, A.R., TRANEL, D. & DAMASIO, H.,. **Individuals with sociopathic behavior caused by frontal damage fail to respond autonomically to social stimuli.** Behavioural Brain Research, 41, 1990,pag. 81–94.

DOUGLAS, M. [Risk and Blame](#): **Essays in Cultural Theory** (London: Routledge, 1992.

EPSTEIN, S. **Integration of the cognitive and the psychodynamic unconscious.** American Psychologist, 49, 1999,pág,709-724.

FORGAS, J. P.; VARGAS, P. "**Affect and behavior inhibition: the mediating role of cognitive processing strategies**". Psychological Inquiry 9: 205–210.,1998.

FORGAS, J.P. DUNN, E. & GRANLAND, s. (. Are you being served? An unobtrusive experiment of affective influences on helping in a department store. European Journal of Social Psychology.,2008.

GOLDSTEIN, E. B. [Sensation and perception](#). Cengage Learnin,2009.

GREGORY, R. MENDELSON, R. "Perceived Risk, Dread, and Benefits." Risk Analysis 13(3) ,1993, pág,259–264.

GUILAM, M. C. R. O. Conceito de risco: sua utilização pela Epidemiologia, Engenharia e Ciências Sociais. [Rio de Janeiro, RJ: Dissertação de Mestrado – ENSP/FIOCRUZ, 1996.

IGLESIAS,C.M. O comportamento do investidor brasileiro na alocação de ativos [São Paulo, SP:Dissertação de Mestrado-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS,2005. url  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2080/martincasalsturma2003.pdf?sequence=2>> Acesso, 10/10/2011.

KAHAN, D. M. Handbook Of Risk Theory, *Cultural Cognition as a Conception of the Cultural Theory of Risk*,2008.

KAHNEMAN, D., & TVERSKY, A.. "Prospect Theory: Analysis of Decision under Risk."Econometrica, 47(2), 1979.

KALAT, J.W., & SHIOTA, M.N. (2007). Emotions. Belmont, CA: Thomson Wadsworth.

KRIMSKY, S., & GOLDING, D. Social theories of risk. Westport, CT: Praeger-Greenwood,1992.

LOEWENSTEIN, G. F., WEBER, E. U., HSEE, C. K. & WELCH, N. Risk as feelings. Psychol Bull, 127 (2), 2001, pág. 267–286.

NAVARRO, Marli Brito Moreira de Albuquerque; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Percepção de risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco.Ciências e Cognição, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, , nov. 2005, pag. 67-72.

SLOMAN, S. A. . The empirical case for two systems of reasoning. Psychological Bulletin,119(1), 3-22,1996.

SLOVIC, P. Perception of risk: Reflections on the psychometric paradigm. In S. Krimsky & D. Golding (Eds.), Social theories of risk (pp. 117-152). New York: Praeger,1992.

SLOVIC, P. Terrorism as hazard: A new species of trouble. Risk Analysis, 22(3),2002,pág,425-426.

SLOVIC, P. Trust, emotion, sex, politics, and science: Surveying the risk-assessment battlefield. Risk Analysis, 19(4), 689-701,1999.

VON NEUMANN, J. Y. MORGENSTERN, O. Theory of Games and Economic Behavior, Princeton University Press, 1944.

WEINFELD, D. Solidarity versus Sympathy, [Ph.D. Octopus](http://phdoctopus.com/2011/02/24/solidarity-versus-sympathy/), 2011, url<  
<http://phdoctopus.com/2011/02/24/solidarity-versus-sympathy/>> acesso em  
12/10/2011.